



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E REGIONAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TEXTO DE DISCUSSÃO
04/2018

Notas do balanço da SPVEA e da PNDR-PAS: reconfigurações do
planejamento para Amazônia

Rafael Gonçalves Gumiero*

MARABÁ
julho/2018

* Professor Adjunto da UNIFESSPA, vinculado à FACE –IEDAR e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. E-mail: gumiero@unifesspa.edu.br.



NOTAS DO BALANÇO DA SPVEA E DA PNDR-PAS: RECONFIGURAÇÕES DO PLANEJAMENTO PARA AMAZÔNIA

RESUMO

Há longa trajetória de experiências de políticas de desenvolvimento regional para Amazônia, desde o período desenvolvimentista. A interpretação para o desenvolvimento da Amazônia para essas políticas era estimular a migração para a faixa de fronteira e introduzir pólos de dinamismo econômico, para que pudessem integrar a região Norte ao circuito produtivo nacional, condicionados à demanda produtiva por insumos da região Sudeste. O objetivo desse texto de discussão é fazer o balanço em dois momentos específicos de propostas de políticas para o desenvolvimento da Amazônia. O primeiro, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que possui uma concepção de planejamento relacionada a escala macrorregional, e pela Plano Amazônia Sustentável (PAS), com uma perspectiva analítica territórios com identidades produtivas e culturais diferentes e diversas. O material analisado foram as políticas públicas para o desenvolvimento regional, Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia, formulada pela SPVEA, em 1954 e o Plano da Amazônia Sustentável, de 2008.

Palavras-chave: Amazônia, escala territorial, SPVEA, PAS, desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

A experiência de planejamento e políticas públicas na Amazônia gestada pelo Estado é longa e as disparidades regionais foram apresentadas como o principal problema para desenvolvimento. A estratégia de povoamento da região apareceu repetidas vezes como ponto de partida do diagnóstico de políticas para o desenvolvimento regional da Amazônia, tratadas nas políticas desenvolvimentistas, pelo planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como um primeiro movimento para o desenvolvimento regional.

No período de 1950 a 1980, o planejamento foi organizado pela SPVEA e SUDAM pela escala da macrorregião da Amazônia. No decorrer das décadas subsequentes, essa interpretação foi ressignificada sob a escala de territórios ou territorialidades (segundo Bertha Becker, 2010), o que possibilitou formular um diagnóstico com maior interface com as especificidades das estruturas econômicas e sociais da região Amazônia. Esse movimento foi realizado pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada na primeira gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva, em 2007, e posteriormente pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS), orientado por uma objetividade maior, aproximou o ideário metodológico da



PNDR com as demandas econômicas e sociais do território, por intermédio da aplicação de projetos para o desenvolvimento territorial da Amazônia, institucionalizada em 2008.

O objetivo desse texto de discussão é cotejar a abordagem de políticas de desenvolvimento para a Amazônia em dois momentos opostos, o primeiro, nos anos 1950, sob os auspícios do planejamento da SPVEA, e no segundo, nos anos 2000, após a inauguração da PNDR e PAS.

A hipótese é de que a reinterpretação do planejamento sobre a escala de aplicação da política pública pode identificar problemáticas específicas do território, que podem ser escamoteadas pela concepção de políticas de desenvolvimento na escala macrorregional. O PAS sugeriu em seu discurso institucional a aproximação do diagnóstico em uma escala territorial, concomitantemente com a concepção de projetos de desenvolvimento, que aborde as demandas econômicas e sociais das diferentes e diversos territórios da Amazônia.

A metodologia utilizada nesse texto discussão é o balanço comparativo em duas políticas públicas em específico: 1. Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia, formulada pela SPVEA, em 1954; 2. Plano da Amazônia Sustentável, de 2008.

O texto está dividido além da introdução em três partes. A primeira é apresentada a percepção da SPVEA sobre a escala do planejamento de políticas públicas para a Amazônia. Na segunda parte, o PAS ressignificou a estratégia de intervenção de políticas públicas a partir da noção de territorialidades da Amazônia. Na última parte, seguem as considerações parciais da pesquisa até o momento.

Neste texto de discussão foram apresentadas algumas notas sobre o andamento da pesquisa Balanço das Políticas de Desenvolvimento Regional para a Amazônia: 1950 – 2014. A pesquisa está em estágio de desenvolvimento e possui previsão de término em dezembro, de 2019.

1. A SPVEA E DIAGNÓSTICO DAS DISPARIDADES REGIONAIS DA AMAZÔNIA

O problema da Amazônia inicialmente apresentado pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) foi do crescimento desigual das regiões, marginalizou nesse processo as regiões do interior e fronteira do Brasil. Na percepção do referido plano, até 1954, não houve nenhum constructo de racionalidade para o planejamento em grande



escala, para contemplar uma Política Nacional de Ocupação e de aceleração do desenvolvimento econômico. O resultado foi a formação de áreas de dinamização econômica em contraste com as de subdesenvolvimento.

Mediante essa problemática, o PVEA propôs estabelecer o equilíbrio político, social e econômico por intermédio de um grande programa para superação dos problemas regionais. O caminho para organizar um fundo de financiamento para esse plano foi proposto pelo parlamentar Leopoldo Peres, que propôs que fosse incluído na Carta magna um inciso sobre a contribuição financeira de todo o país de 3% da sua renda, pelos próximos 20 anos para recuperação da região mais despovoada e menos desenvolvida do Brasil. Essa reivindicação foi atendida na forma do artigo 199 da Constituição de 1946 e determinou a formulação do Plano de Valorização Econômica para Amazônia (BRASIL-SPVEA, 1954).

No dia 6 de janeiro de 1953, a lei n 1806 regulamentou o artigo 199 e instituiu a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A valorização seria empreendida por planos quinquenais, a cada 5 anos, superando a antiga forma de formular o “planejamento” de forma isolada, de efeitos passageiros e decretadas com solução a curto prazo (BRASIL-SPVEA, 1954).

Antecedeu o planejamento quinquenal o plano de emergência, com orientação regional, que posicionou soluções para os problemas identificados da Amazônia. A Comissão de Planejamento foi criada e formada por 6 técnicos e 9 representantes dos estados da Amazônia. A partir do plano emergencial foi concedidos subsídios para a formulação do Primeiro Plano Quinquenal através do diagnóstico e prognósticos para o desenvolvimento da Amazônia (BRASIL-SPVEA, 1954).

A orientação para o planejamento da SPVEA foi direcionada para superação do despovoamento demográfico da Amazônia. Os principais vetores da ação do Estado na Amazônia foram: a) assegurar a ocupação do território brasileiro na Amazônia; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente dinâmica e progressista e que tenha autossuficiência para execução de suas tarefas sociais; c) desenvolver a Amazônia paralelamente e de forma complementar a da economia brasileira (BRASIL-SPVEA, 1954).

A ocupação populacional na Amazônia foi realizada de forma irregular, houve concentração da população apenas ao longo das vias hidroviárias de navegação e nas capitais dos estados. A SPVEA identificou em seu diagnóstico forte relação da ocupação



territorial da população com a especialidade econômica, o extrativismo, o que determinou a forma como foi ocupada a região pela população (BRASIL-SPVEA, 1954).

Segundo a interpretação da SPVEA a Amazônia foi dividida territorialmente em zonas recuperáveis, por intermédio do planejamento econômico, segundo critérios econômicos:

zonas com populações densas; zonas circunjacentes a núcleos urbanos importantes; zonas onde haja facilidades especiais de transportes; zonas propícias à agricultura, à indústria, à pecuária, e zonas marginais de estradas de ferro e político – zonas de fronteiras; zonas onde termine a navegação de primeira linha, com populações ativas a montante; zonas limítrofes com o Sul e Nordeste do Brasil e por onde avança uma penetração pioneira (BRASIL-SPVEA, 1954, p. 4).

O zoneamento cumpriria a função de limitar os problemas de acordo com o território, viabilizando uma ação prática de projetos. A Amazônia foi dividida em 28 zonas economicamente viáveis: 1) Belém – Bragança; 2) Manaus; 3) São Luiz; 4) Cuiabá; 5) Macapá; 6) Rio Branco (Acre); 7) Porto Velho; 8) Boa Vista; 9) Santarém; 10) Marajó; 11) Altamira; 12) Tucuruí; 13) Itaituba; 14) Benjamin Constant; 15) Eirunepê; 16) Boca do Acre; 17) Campos de Pucari; 18) Parintins; 19) Tefé; 20) Uapês – Cucuí; 21) Vila Bittencourt; 22) Guajará – Mirim; 23) Cruzeiro do Sul; 24) Parná (Alto Tocantins); 25) Bacia Rios Mearim e Pindaré; 26) Oiapoque; 27) Poxoréu; 28) Tocantinópolis (BRASIL-SPVEA, 1954).

A partir da divisão territorial da Amazônia o diagnóstico da SPVEA organizou em temas setoriais os problemas principais: o problema alimentar; a produção de matérias primas e industrialização; transporte; distribuição de capital; saúde; nível cultural; recuperação de atividades extrativistas (BRASIL-SPVEA, 1954).

A interpretação do desenvolvimento para a SPVEA aborda diferentes dimensões, como a economia e a humana. O desenvolvimento é interpretado pela superintendência supracitada relacionada a dinamização da economia regional e pela implementação de serviços nas áreas de saúde e educação para os grupos sociais.

Quadro 1 – Temas, concepções teóricas e projetos da SPVEA

Tema	Concepção teórica	Projetos
Agricultura	A sua ação é direcionada para ocupação da Amazônia, praticada pela inserção da população pela agricultura, diversificando a produtividade regional. A alternativa projetada pela SPVEA é	As ações propostas foram: a) alcançar a autossuficiência alimentar, b) desenvolver a produção agrícola e matérias-primas para a economia regional e nacional, c) desenvolver a produção de gêneros para exportação.



	a concessão de sementes aos agricultores junto com um sistema de crédito especial aplicado por meio dos Caixas Rurais funcionando junto com os núcleos agrícolas do interior.	
Produção de matérias primas e a industrialização	Os dois principais produtos matérias-primas são a borracha e juta. Para a SPVEA é importante a continuidade da extração dessas matérias-primas que podem ter efeitos progressivos para formar encadeamento com a indústria leve.	A concessão de 45.000 hectares de seringueiras e 50.000 hectares de área para cultivar juta. Os segmentos das indústrias leves incentivadas pela SPVEA são: o financiamento para montagem de duas fábricas de madeira contraplacadas; duas fábricas de celulose e papelão isolante; uma fábrica para destilação e aproveitamento simultâneo dos resíduos de pau rosa na fabricação de hard – board; duas fábricas de cimento; financiamento à lavra das jazidas de fosfato na costa do Maranhão e à jazida de cristal de rocha no norte de Goiás; financiamento a empresas de moagem de calcários; financiamento ao término de montagem de uma refinaria de petróleo; financiamento à aquisição de barcos pesqueiros e de material de indústria de conserva de peixes e, por fim, financiamento a estaleiros para construção de embarcações de madeiras.
distribuição de capital	Reservar recursos para ser direcionados para o financiamento da produção agrícola, matérias-primas e indústrias.	O programa de crédito bancário rural seria realizado pela difusão do crédito bancário rural, realizado por uma Caixa de Créditos Rurais no interior, simultaneamente com a concessão de incentivo ao capital privado mediante a participação das empresas e a dotações para o Fundo de Fomento a Produção o Banco de Crédito da Amazônia.
Transporte, Comunicações e Energia	A SPVEA orientou a criação de projetos logísticos sob aspectos: criação de um sistema de transportes interiores que permita o deslocamento das safras produzidas na Amazônia para o seu escoamento, no sentido da calha do rio Amazônia; interligar a Amazônia por projetos logísticos ao sul o nordeste do Brasil, como uma ajuda para a migração da população de regiões densamente populosas, como para permitir o tráfego comercial.	O Sistema Navegação e Administração do Porto do Pará, reaparelhamento da navegação fluvial na aquisição de 15 navios, além da reforma de outros, aquisição de 5 rebocadores, 30 alvarengas e um dique flutuante, assim como ferramentas de oficinas. As instalações portuárias designadas para receber investimento são as do porto de Belém, Manaus e São Luiz, construção e conclusão de portos em Macapá, Porto Velho, Cuiabá, Santarém, Itacoatira, Parintins e Rio Branco. O financiamento de construção de rodovias: Federal BR-22, trecho entre Santa Maria e Bela Aurora (100 kms); Construção da ligação Anápolis – Belém, trecho entre Jabotal e Araguatins (280 kms); Construção da rodovia Igarapé Miri-Mojú-Abetetuba-Barcarena (60 kms); Construção da rodovia Peixe Boi – Colônia Pedro Teixeira (25 kms); Construção da rodovia Tomé Açu-Rio Acará Açu (60 kms); Construção da rodovia Cametá-Campo Alegre; Construção da rodovia Ourém-Colônia Capitão; Construção da rodovia Baião-Colônia de Baião; Construção da rodovia



		Óbidos – Campos de Ariramba; Construção da rodovia Oriximiná-Cipoal. A instalação das usinas elétricas nas capitais dos estados complementa os investimentos do Plano Quinquenal em infraestrutura básica e logística.
saúde	estado de deficiência na produção agrícola para alimentação	1) serviços básicos de saneamento; 2) serviços de assistência médico sanitária; 3) campanha contra doenças transmissíveis, como malária, esquistossomose, doença de Chagas, filariose, tuberculose, desenvolvimento das atividades de combate à lepra, intensificação das campanhas contra doenças venéreas; 4) serviços de assistência; 5) pesquisas de interesse médico sanitário; 6) serviços de bio-estatística e propagando e educação sanitária.
Educação e cultura	Formação de técnicos capazes de intervir na produção. A prioridade será a formação da população no interior dos estados. No Primeiro Plano Quinquenal o enfoque será na investigação dos processos sócio culturais que disciplinam a vida das populações no Amazônia.	O plano estará atuando em todos os níveis de educação: o ensino de alfabetização, o ensino primário e rural, o ensino médio e o ensino universitário. A comissão de planejamento disponibilizará bolsas de estudos para a formação de quadros técnicos. Outro ponto será a criação de bibliotecas, museus, documentários, publicação de obras científicas.

Fonte: BRASIL-SPVEA, 1954. Elaborado pelo autor.

A economia da Amazônia deve ser desenvolvida de forma complementar a economia do Brasil, com base nos seguintes aspectos: a) produção de alimentos que equilibre a oferta à procura; b) produzir matérias primas, produtos alimentares que antes era importado pelo país; c) promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região; d) exportação das matérias-primas regionais; e) converter a economia extrativista em economia agrícola e industrial; f) estimular a criação de capital pelo sistema de crédito; g) elevar o nível de vida e de cultura técnica e política da população.

O processo de modernização e urbanização da Amazônia está fortemente condicionada a industrialização, pois sem esse processo produtivo a população se concentra unicamente sobre as populações rurais, ampliando a pressão sobre a procura dos itens disponíveis no mercado, aumento o custo de vida. A concentração de mão de obra no setor primário, sem especialização, cria um regime de trabalho de baixos salários e um baixo padrão de vida. O desenvolvimento do setor industrial e cultural são essenciais para a formação das cidades, como centro de vida social, política e econômica da Amazônia.



2. O PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL E A SUA ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO E NA REGIÃO

O PAS foi formulado pelo Termo de Cooperação em 2003 entre o presidente e os governadores dos estados da região, balizado por um diagnóstico abrangente, e com a participação de consultas públicas com mais de cinco mil representantes.

A estratégia de aplicação do PAS é criar sinergia com o Plano Plurianual 2008-2011 e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse entrosamento é peça fundamental na implementação do PAS e via PAC, seria possível criar disparadores de investimentos para ampliação da infra-estrutura e dinamismo econômico na Amazônia.

O PAS é a baliza ideológica para os planos sub-regionais para Amazônia, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

A inserção da variável ambiental nos conteúdos do PPA para a Região Amazônia e a partir do documento “Amazônia Sustentável – Diretrizes e Prioridades do Ministério do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira” formatou uma nova percepção de desenvolvimento regional, legitimada pela participação para reunião realizada em maio de 2003, em Rio Branco, no Acre, contou com a participação ministros, secretários-executivos, representantes de entidades empresariais, organismos internacionais, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

O diagnóstico problemático das desigualdades regionais do país foi abordado por uma nova percepção de modelo de desenvolvimento para a Amazônia. O princípio metodológico do PAS priorizou os seguintes temas: a) produção sustentável com tecnologia avançada; b) novo padrão de financiamento; c) gestão ambiental e ordenamento territorial; d) inclusão social e cidadania; e) infra-estrutura para o desenvolvimento (BRASIL-PAS, 2008).

O Plano Amazônia Sustentável é posicionado como uma política pública que concebeu uma interpretação do desenvolvimento regional, com abrangência organizacional e institucional, que permite configurar instrumentos de articulação entre os níveis estratégicos das ações de governo, e a partir do qual deverão ser elaborados programas (nível tático) e projetos (nível operacional).



Os conceitos diversidades, potenciais endógenos, criação de geração de emprego e renda formaram frentes de trabalho do plano. A publicação oficial do plano foi outubro/novembro de 2007, em todas as capitais, em seminários preparatórios ao I Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Nacional, coordenado pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, envolvendo a participação de cerca de 2 mil representantes de diversas organizações.

Segundo o diagnóstico do PAS os modelos de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais na Amazônia remetem às formas de exclusão social, concentração de renda, conflitos pelo assentamento na terra, exploração deletéria dos recursos naturais, sem respaldo de agências reguladores de preservação do meio ambiente, e com violação de direitos humanos (BRASIL-PAS, 2008).

A alternativa para superação desse modelo gerador de desigualdades sociais na Amazônia é por uma via de desenvolvimento sustentável, com prioridade para garantir a elevação da qualidade de vida da população regional e assegurar a preservação do patrimônio natural. Os princípios que deve reger esse desenvolvimento devem priorizar o local, o específico, o particular, com adoção de medidas tratativas dessas condicionalidades para respeitar as demandas da pluralidade étnica da população e a participação dos atores locais (BRASIL-PAS, 2008).

A proposição de estratégias gerais de ação do PAS para Amazônia permite compreender o repertório que forma a agenda de políticas de desenvolvimento regional sustentável da Amazônia brasileira:

- a. valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- b. ampliar a presença do Estado na Amazônia para a garantia de maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais, maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva e melhor atendimento dos direitos básicos das populações locais;
- c. promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal;
- d. ampliar a infra-estrutura regional – energia, armazenagem, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes – saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- e. assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outras;
- f. combater o desmatamento ilegal associado a transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo



de uso do solo das atividades agropecuárias, predominante na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;

g. promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento de produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas – conjuntamente com o fomento ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação dos atores locais;

h. promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;

i. promover o desenvolvimento da região com equidade, com atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;

j. fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;

k. fortalecer e empoderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento. (BRASIL-PAS, 2008, p. 58).

Segundo o PAS (2008) as diretrizes estratégicas para promoção do desenvolvimento da Amazônia brasileira, estão organizadas em quatro eixos temáticos. São eles: (i) Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, (ii) Produção Sustentável com Inovação e Competitividade, (iii) Infra-Estrutura para o Desenvolvimento e (iv) Inclusão Social e Cidadania.

Quadro 2 – Os eixos do PAS para o desenvolvimento da Amazônia

Eixo	Descrição da ação do Eixo	Objetivos dos Eixos
Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental	A organização territorial contempla a distribuição populacional, as atividades produtivas, a delimitação dos territórios indígenas e de povos tradicionais, e áreas de conservação no território. Na Amazônia a problemática dos conflitos sociais tem dado a tônica das disputas de terras.	Combater o desmatamento ilegal; Conservar ecossistemas originais e uso sustentável de recursos naturais; Promover a ocupação territorial por meio da governabilidade e uso de recursos naturais; Conceder direitos às demandas dos povos e comunidades tradicionais ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, cuja representatividade deve ser expressada por direitos para integração cultural; Integrar as iniciativas de ordenamento e planejamento territorial, nos níveis local e regional com outros instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia (Fundo Amazônia, Agenda 2030); Formulação de instrumentos de ordenamento fundiário e resolução dos conflitos sociais e pressão sobre os recursos naturais da Amazônia.
Produção sustentável com inovação e competitividade	Propôs formular diretrizes que combinem instrumentos para transformação das bases produtivas da Região Amazônica e o uso sustentável dos recursos naturais, para redução das desigualdades sociais e regionais.	estruturar cadeias produtivas; a geração de tecnologias inovadoras; biodiversidade e conhecimentos das populações tradicionais; a produção familiar e comunitária; a manutenção de serviços ambientais prestados pelos biomas existentes na Amazônia Legal; a cooperação e a integração econômica entre os entes federativos da região e entre os países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica.
Infra-estrutura para desenvolvimento sustentável	Planejamento da infraestrutura transformação	ampliação e a modernização da infra-estrutura regional; planejamento estratégico nos setores de infra-estrutura, incorporando análises dos custos e benefícios sociais, econômicos e ambientais dos empreendimentos; implementar



	modernização da estrutura produtiva regional	ações preventivas e mitigadoras de impactos sociais e ambientais negativos, nas áreas de influência direta e indireta de obras de infra-estrutura; a alocação de investimentos em regiões consolidadas ou em processo de consolidação; aumentar a cooperação com países amazônicos vizinhos, no caso de obras com potenciais impactos que extrapolem as fronteiras nacionais; aprimorar mecanismos de transparência e participação social na tomada de decisões.
Inclusão social e cidadania	democratização da igualdade das populações amazônicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, previdência e assistência social, cultura e gênero	Educação - ações estão direcionadas a diversos níveis e modalidades de formação: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), superior, profissional e tecnológica, do campo, indígena, ambiental, especial e a alfabetização, e Educação de Jovens e Adultos (EJA); Saúde - Ministério da Saúde lançou o Plano de Qualificação da Atenção à Saúde na Amazônia Legal (Plano Saúde Amazônia), com o objetivo de “promover a construção e implementação de projetos e ações integradas; Serviços de saneamento básico na Região Amazônica, levando em conta as especificidades das áreas urbanas e rurais; Segurança pública - De forma articulada à Política Nacional de Segurança Pública; Assistência Social - fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (Suas), articulação entre programas de assistência social e iniciativas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, ações integradas em seguridade social e geração de renda em terras indígenas e comunidades de populações tradicionais; Valorização da diversidade cultural - valorizar as identidades e as expressões culturais dos povos da Amazônia, programas de pesquisa e de preservação do patrimônio histórico e cultural, regionalizado sobre a diversidade cultural nos programas de ensino, em todos os níveis de formação; Políticas de igualdade de gênero - enfrentamento das desigualdades de gênero e a construção de relações mais igualitárias e solidárias entre mulheres e homens constitui uma diretriz transversal que deve permear as ações das mais diversas áreas temáticas.

Fonte: BRASIL-PAS, 2008. Elaborado pelo autor.

3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DA PESQUISA

A aproximação entre a SPVEA e o PAS permite pontuar algumas nuances nas propostas de planejamento de políticas públicas para a Amazônia. No primeiro caso, a SPVEA identificou como principal problema a ocupação populacional na Amazônia realizada de forma irregular, com forte concentração populacional nas capitais dos estados. A alternativa ventilada pela SPVEA foi criar critérios que permitisse compreender a Amazônia territorialmente em zonas recuperáveis. Os critérios estiveram relacionados a economia e as formas de ocupação populacional, que estavam reguladas pela influência dos núcleos urbanos combinados as facilidades em transporte e alta



densidade demográfica, se comparada a outras localidades da Amazônia. As atividades econômicas relacionadas a agricultura, industrial e a logística foram determinantes para caracterização de vinte oito zonas economicamente viáveis na Amazônia, citadas no tópico 2.

O PAS foi posicionado como instrumento institucional de políticas públicas que abriga outros planos com proposta de aplicação de projetos nos territórios, Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Cada um desses planos mirou em uma sub-região em específico do Pará, como forma de combinar o discurso de interpretação do desenvolvimento com ações práticas nos territórios.

A SPVEA compreendeu que a Amazônia tem uma posição complementar em relação a economia nacional, contribuir com a demanda de insumos básicos na região Sudeste. A proposta de desenvolvimento da agricultura está relacionada ao processo de ocupação populacional do território, buscando gerar encadeamentos produtivos pela agricultura na indústria leve.

A interpretação do PAS do território não se limita a dimensão da produtividade econômica, mas a compreensão de que a diversidade e diferentes territorialidades compostas pelas populações tradicionais ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, geram diferentes demandas por direitos econômicos, sociais e políticos. As territorialidades da Amazônia podem ser compreendidas em um primeiro movimento pela concessão de direitos às populações com forte apelo de identidade cultural ligada a forma produtiva desempenhada no território, ampliada pela institucionalização de formas de gerar canais de participação em processos deliberativos e decisórios, no qual podem desaguar na formação de agenda de políticas públicas locais.

A dimensão social e cultural é proposta na SPVEA, de uma forma pioneira dentre as políticas desenvolvimentistas, por intermédio da oferta de vagas no ensino básico ao processo de formação de técnicos e pesquisas científicas. O PAS amplia essa dimensão e a reposiciona sob o repertório de educação, saúde, assistência social, segurança pública, valorização da diversidade cultural e políticas de igualdade de gênero.

O balanço preliminar é o de que houve avanços sistemáticos da PAS em relação a SPVEA, que propôs a interpretação do território pela escala local, identificado pela



diversidade cultural das populações e a busca pelo empoderamento desses grupos sociais, pelo processo de participação popular nos processos deliberativos.

Apesar desse avanço sistemático em relação ao discurso institucional das políticas públicas, da PAS em relação a SPVEA, em uma próxima mirada comparativa dessa pesquisa serão apresentadas as vias de aplicação da PAS nos territórios do Pará, buscando averiguar se as políticas públicas no período 2008 a 2016 adotaram as diretrizes e propostas de projetos da referida política pública.

REFERÊNCIA

BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BRASIL – PAS. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (Brasil) (SPVEA). Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia. Belém, Pará, 1954.